

À MARGEM DA MARGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE AS NOÇÕES DE TERRITÓRIO E IDENTIDADE PARA JOVENS MORADORES DE RUA

Autora: Livia Baião (PUC Rio de Janeiro)

Orientador: Frederico Coelho (PUC Rio de Janeiro)

RESUMO: O presente trabalho artigo pretende refletir sobre os processos de subjetivação e de dessubjetivação pelos quais passam jovens moradores de rua e a relação desses com a questão da territorialidade, com base em depoimentos e relatos colhidos durante pesquisa realizada entre abril e maio de 2016 junto à população atendida pelo Projeto “Passaporte da Cidadania”. Esse Projeto se propõe a atender crianças e jovens em “situação de rua”, no Rio de Janeiro, a partir de um ônibus itinerante, com a finalidade última de oferecer uma alternativa às ruas, valendo-se de uma rede integrada de serviços de apoio. A citada pesquisa foi motivada por um sentimento de urgência em registrar a memória e a voz de uma população marginalizada, relegada à condição de invisíveis e negligenciáveis, quase impedidos de existir, sempre no limiar do desaparecimento. Os relatos e depoimentos serão confrontados com questões teóricas pertinentes para se pensar identidade e território, a partir dos estudos culturais e do pensamento pós-colonial.

É nossa intenção pensar ainda como esses indivíduos, submetidos a uma vida tão precária, impossibilitados de carregar consigo uma folha de papel sequer, poderiam assumir o lugar de protagonismo no relato de suas próprias histórias e se fazer ouvir, a exemplo do que aconteceu com os moradores das chamadas periferias, com a emergência da Literatura Marginal, no final dos anos 1990.

PALAVRAS CHAVE: Identidade. Desterritorialização. Subjetivação. Moradores de rua. Literatura Marginal.

Introdução

O presente trabalho pretende pensar as possíveis formas de representação de um grupo que está à margem da margem: meninos e meninas que habitam as ruas das grandes cidades brasileiras. O objetivo é pontuar algumas questões teóricas que relampejam a partir desse universo particular e fazer uma reflexão sobre as possíveis vozes para narrá-lo, considerando as precárias condições de sobrevivência às quais estão submetidos esses jovens e as implicações políticas e estéticas de cada escolha. Não há qualquer pretensão de fazer uma análise sociológica, antropológica ou uma análise estatística dos dados, apenas o desejo de registrar a memória e a voz dessa população marginalizada, sempre no limiar do desaparecimento.

Os relatos, a pesquisa, a realidade, as perguntas que vêm

Salarino: Why, I am sure, if he forfeit, thou wilt not take his flesh: what's that good for?

Shylock: To bait fish withal: if it will feed nothing else, it will feed my revenge. He hath disgraced me, and hindered me half a million; laughed at my losses, mocked at my gains, scorned my nation, thwarted my bargains, cooled my friends, heated mine enemies; and what's his reason? I am a Jew. Hath not a Jew eyes? Hath not a Jew hands, organs, dimensions, senses, affections, passions? Fed with the same food, hurt with the same weapons, subject to the same diseases, healed by the same means, warmed and cooled by the same winter and summer, as a Christian is? If you prick us, do we not bleed? If you tickle us, do we not laugh? If you poison us, do we not die? And if you wrong us, shall we not revenge? If we are like you in the rest, we will resemble you in that. If a Jew wrong a Christian, what is his humility? Revenge. If a Christian wrong a Jew, what should his sufferance be by Christian example? Why, revenge. The villainy you teach me, I will execute, and it shall go hard but I will better the instruction.

The merchant of Venice - Act III – Scene I
William Shakespeare

Os depoimentos e relatos em questão foram gravados e/ou transcritos a partir de visitas ao ônibus do “Projeto da Cidadania” que fica estacionado em frente à Rua do Catete n. 138 e está aberto todos os dias da semana, entre 18 e 21h, para atendimento à população de rua. A cada dia passam pelo ônibus entre 25 e 30 jovens e o Projeto mantém um cadastro com 250 nomes. Além dos depoimentos colhidos no ônibus, foram registradas mais de 20 horas de conversas com Joana Silveira com quem estabeleci uma relação de bastante proximidade e afeto.

A maior parte desses meninos e meninas foi abandonada pelos pais ainda muito pequenos e cresceram em abrigos do estado ou de ONGs. Quase sempre têm um histórico de fugas, pequenas infrações e, portanto, diversas passagens por unidades do Departamento de Ações Socioeducativas (DEGASE)¹. Nos abrigos e nas “Unidades Socioeducativas”, um eufemismo pacificador para as nossa consciências, muita barbárie: “apanhamos com tolhas”, “não podemos olhar nos olhos dos educadores”, “lá

¹ “O Novo Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro, favorecendo a formação de pessoas autônomas, cidadãos solidários e profissionais competentes, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária.

Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei.” (http://www.degase.rj.gov.br/quem_somos.asp consultado em 29 de junho de 2016)

aprendi a roubar”, “ele (um funcionário de uma unidade do DEGASE) é o pai do meu filho”. Quem deveria cuidar, violenta física e emocionalmente.

Quando completam 18 anos, são obrigados a deixar os abrigos e raramente estão estruturados para ingressar num trabalho formal e buscar uma moradia independente. Falta escolaridade, falta referência, falta um programa “inserção” na sociedade. O resultado é que os jovens que atingem a maioria acabam morando nas ruas, os roubos e furtos tornam-se mais assíduos e mais violentos e eles passam a frequentar as prisões ao invés das unidades “Socioeducativas”. Em geral têm vários processos criminais e conhecem em grande profundidade o Código Penal, em especial os Artigos 155 (Do Furto) e 157 (Do Roubo e da Extorsão).

Os recolhimentos da Guarda Municipal são fantasmas que assombram todas as noites. São acordados com chutes e pontapés, perdem todos os precários e transitórios “pertences”. Difícil conjugar o verbo “possuir” na primeira pessoa ou ser sentir-se “proprietário” de alguma coisa, “propriedade privada” é um conceito por demais abstrato. Uma sandália, uma camiseta, uma mochila, qualquer objeto pode ser confiscado a qualquer instante. Eles são proprietários somente do próprio corpo, nada mais. Por isso as tatuagens com nomes das mães, irmãos e amores achados ou perdidos aparecem com tanta frequência inscritos nesses frágeis corpos. Dedinho (apelido de Danimar Ferreira dos Santos de 22 anos) explica como se faz uma tatuagem na prisão: com uma agulha furtada da enfermaria e a tinta preta que resulta da fuligem do fundo queimado ao fogo da “brilhosa” (marmitta de alumínio usada para refeições). “Não dá para carregar uma fotografia por aí né, onde vou guardar? Já tava perdida há muito tempo!”

Como carregar uma fotografia quando o seu lar não tem paredes, quando ele está por toda a parte? Como manter um porta-retrato ao lado de sua cama se a cada dia ela se encontra em uma rua diferente, sob uma marquise, um velho viaduto ou sob um céu nada acolhedor? A sociedade nega-lhes a propriedade de um território que eles insistem em se apropriar, dominam cada rua, cada avenida, cada beco. Eles não têm endereço fixo, não têm comprovante de residência, muitas vezes não têm carteira de identidade ou sequer uma certidão de nascimento. Como se constitui uma identidade quando não se tem uma família, um endereço, um documento de identificação, sequer um objeto de uso “pessoal”, apenas o próprio corpo e uma incerta memória como testemunha? Memória de um passado muitas vezes irre recuperável porque traumático ou porque turvado pelas drogas. Difícil seguir suas pegadas, eles tentam não deixar rastros.

Assaltam-me então perguntas sobre identidade, “territorialização”, “desterritorialização”, subjetivação e dessubjetivação, visível, invisível, voz, fala, olhar, escuta. Busco respostas, sigo os poucos rastros que restam.

Considerando o conceito de identidade sob uma ótica mais essencialista, ligada ao reconhecimento de referências comuns, marcações simbólicas e sentido de pertencimento, constato que todos os jovens, sem exceção, têm Facebook, portanto têm um endereço virtual “fixo” e pertencem a uma comunidade, vários grupos, têm suas próprias redes de relacionamentos. Muitas vezes têm mais de um perfil, Joana tem pelo menos cinco: Joana Silveira é ela mesma e também Fernanda Silva, Rafaela Almeida, Milani Ptt e Lua Rosa. Conectam-se a partir de “lan houses”, postam comentários sobre “o que estão pensando” e fotos tiradas com celulares que passam eventualmente pelas suas mãos. Também partilham o mesmo universo lexical que é muito particular, muitas vezes durante os relatos paro para perguntar o significado de uma expressão: “chose” (maconha), “corre” (uma entrega de drogas), “xisnovar” (delatar), “lombrado” (tumultuado). Vestem-se da mesma maneira, frequentam os mesmos lugares, divertem-se com as mesmas coisas, trazem no corpo as mesmas marcas e no coração as mesmas aflições. Constroem sua identidade nessa mesmidade mas também, e talvez mais importante, a partir do resultado da exclusão e a marcação das diferenças com o chamado “centro”.

É fundamental pensar também nas identidades que estão sendo construídas pelo centro a partir da sua relação com esses excluídos. Stuart Hall levanta um ponto crucial ao afirmar que “toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”- mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.” (HALL, 2014, p. 110). E, citando Laclau, Hall diz que a constituição de uma identidade é “um ato de poder pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que ameaça” (ibidem).

Nos Estados Unidos a violência extrema se manifesta através dos serial killers, um indivíduo que mata um determinado número de pessoas que poderíamos chamar de “uma comunidade de vítimas”, como Omar Mateen na boate Pulse em Orlando este ano – um atirador e 53 mortos. Na Europa, a violência explode nos atentados terroristas nos quais as comunidades excluídas e periféricas matam as comunidades do centro, vale citar o emblemático ataque no Teatro Bataclan que teve 7 terroristas e 130 mortos. No Brasil, o centro mata indivíduos e comunidades que estão à margem, como na inconcebível Chacina da Candelária que 7 assassinos mataram 8 crianças ou em março

de 2015 quando o segurança do Supermercado da Zona Sul da Praça General Osório matou um menino de rua, um assassinato que não mereceu qualquer registro a não ser o da passagem do corpo no Instituto Médico Legal. Vale uma reflexão sobre o que cada uma dessas formas de “repressão daquilo que ameaça” tem a dizer sobre as sociedades nas quais acontecem, sobre os centros e sobre as margens.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA estima em 517 mil o número de estupros no Brasil por ano, 70 % das vítimas seriam meninas entre 0 e 17 anos, ou seja, 360 mil meninas e adolescentes são violentadas por ano ou 1.000 meninas por dia². Em maio desse ano uma adolescente de 16 anos foi estuprada por um, por dois, cinco ou 30 homens no Morro do Barão, no Rio. Em 2013, 3.749 jovens entre 16 e 17 anos foram assassinados no Brasil, 10 por dia. Cerca de 93% eram do sexo masculino e 74 % eram negros³. O assassinato de Waldick Silva Chagas, de 11 anos, pela Guarda Civil de São Paulo ocorreu menos de um mês depois da morte de Ítalo de 10 anos, por policiais civis no mesmo estado.

Sobre esses e outros genocídios, Giorgio Agamben levanta uma importante discussão em seu livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*, com base na definição de *homo sacer* no direito romano arcaico: “Homem sacro é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribunicia se adverte que ‘se alguém matar alguém que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida’. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado de sacro.” (Festo em “Sobre o significado das palavras” apud Agamben, 2010, p. 74). Seriam “sagrados” então, esse meninos?

Continuando com Agamben para pensar nos processos de desterritorialização e dessubjetivação radical pelos quais passam esses jovens em função da falta da família, territórios delimitados ou qualquer outra referência, cabe perguntar o que resta depois de ressubjetivados e reterritorializados pelas novas relações sociais que estabelecem e aquelas impostas pelo “Estado moderno” e, em particular, o Estado moderno brasileiro, com todas as suas mazelas. Talvez sejam restos semelhantes aos restos dos doentes de Aids, dos “sans papier”, dos prisioneiros de Auschwitz, daqueles que estão sempre em

² Dados retirados do relatório “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” (versão preliminar) de março de 2014, CERQUEIRA, D. e COELHO, D., acessado em 03 de julho de 2016 em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf

³ Dados extraídos do relatório “Mapa da violência 2015” acessado em 03 de julho de 2016 em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf

estado de exceção e pelos quais se interessa Agamben em *O que resta de Auschwitz*. Não seria possível entrever uma prática de não assujeitamento desses indivíduos ao padrão dominante e hegemônico através de suas pequenas infrações e atitudes aparentemente irresponsáveis e irracionais para escapar ao padrão homem-branco-ocidental-urbano? Longe de afirmar que essa seria uma resposta racional e estruturada, por que não pensar essa reação como uma reação mas irracional à “máquina descodificadora do estado e da sociedade”?

As drogas são presença constante na vida desses jovens: “cheirinho da loló”, maconha, cocaína e o solvente “thinner”, a mais usada por ser muito barata. A garrafa de água mineral vazia junto ao nariz é uma imagem recorrente. Alguns poucos usam crack, esses logo se distanciam da turma. Muitos morrem cheirando loló, uma mistura de éter e clorofórmio. A realidade é mesmo insuportável, por isso as drogas, por isso o deslizamento entre realidade e ficção. A ficção dos vários perfis no Facebook e a ficção das histórias contadas para cada interlocutor. Nos diversos perfis do Facebook estão as diversas personalidades que gostariam de assumir, das histórias que gostariam contar como suas. Cada interlocutor tem direito a um discurso perfeitamente adequado ao seu perfil, um discurso “customizado”. Respaldados pela quase imbatível capacidade de diagnóstico sobre a procedência, o perfil e as expectativas do ouvinte-espectador, a narrativa se metamorfoseia: elas assumem o papel de mães carinhosas e conscientes de suas faltas para com os filhos que moram em abrigos e há muito não são visitados. Eles expressam a vontade de “sair dessa vida”, “sair da rua” quando, na verdade, sentem-se confortáveis nessa situação pois sabem como lidar com ela, conhecem todos os meandros, são sobreviventes de catástrofes diárias. A natureza ficcional dessas narrativas do eu em nada diminuem a eficácia da discursiva para a construção das identidades.

No que diz respeito a avanços no campo social, há que se reconhecer que houve uma grande melhora na erradicação da miséria extrema no país. As redes de assistência do estado, as instituições religiosas e as inúmeras ONGs que atuam nas cidades são responsáveis por suprir as necessidades mais básicas como alimentos e agasalhos. Ninguém morre de fome, dificilmente se morre de frio. A partir daí, os desejos de consumo ou recursos financeiros para o uso de drogas da população jovem de rua são atendidos com o produto de roubos e furtos, prostituição ou trabalhos esporádicos para o tráfico. Não relutam em se apropriar de roupas desejadas, sabonetes e desodorantes que estão nos supermercados, lojas de departamento e farmácias. Sentem-se no direito

de roubar, os seguranças fazem “vista grossa” porque acham que eles têm mesmo esse direito ou porque acabaram de assaltar os corpos das meninas assaltantes.

É possível dizer que passamos da “dialética da malandragem” para a “dialética da marginalidade”⁴ e a ordem da conciliação foi substituída pela ordem conflito. Da parte dos meninos de rua, não há expectativa de ser “finalmente absorvido pelo polo positivo” como identifica Antônio Candido sobre o personagem Leonardo de *Memórias de um sargento de milícias*, em seu canônico ensaio “Dialética da malandragem” (CANDIDO, 2004, pp. 17-46). A exemplo do Rio de Janeiro da época de Dom João VI descrito por Manuel Antônio de Almeida, os dois hemisférios pelos quais navegam os personagens, o positivo, da ordem e o negativo, da desordem (CANDIDO, 2004, p. 32) subsistem na sociedade brasileira atual. Nesses cento e sessenta anos, embora a distancia entre os polos tenha aumentado vertiginosamente, os canais de ligação só aumentaram e o trânsito entre eles tornou-se muito mais intenso.

Joana, nossa menina personagem-narradora está muito distante da postura subserviente e passiva de Carolina Maria de Jesus. Não há fome de comida, há fome de cidadania.

A partilha do sensível

Os temas da violência e da exclusão sempre estiveram presentes na literatura brasileira e tornaram-se predominantes na literatura contemporânea. Realidade e ficção passam a se misturar num sem número de obras literárias que buscam estabelecer um diálogo com essas duas questões determinantes na nossa sociedade. “Narrar a violência ou expressá-la em palavras e imagens são maneiras de lidar com ela, de criar formas de proteção e de digestão de suas consequências, dialogando com ela mesmo sem a pretensão de explicá-la ou de esgotar sua compreensão.” (SCHØLLHAMMER, 2013, p. 7). Falar sobre a exclusão, sobre o outro marginalizado é também falar do centro, do que nos constitui enquanto sociedade. O outro como retrato do eu. Como afirma Flora Süssekind, são discursos “por meio dos quais se reorganizam simbolicamente não só os pânicos urbanos, mas igualmente os temores de perda da posição social e propriedade, a instabilidade financeira, dilemas internos e questões sociais estruturais à sociedade brasileira.” (SÜSSEKIND, 2005, p. 66).

⁴ João Cezar de Castro Rocha em “A dialética da marginalidade”, artigo publicado no Caderno Mais! em 2004.

Karl Erik Schøllhammer faz uma interessante cartografia da violência na arte brasileira nos últimos 50 anos em seu artigo “Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo”⁵. No que diz respeito à literatura, ele começa por destacar as duas tendências que se formaram nos anos 1960 e 1970: o “neorrealismo jornalístico” que se afastou do desafio estético pelo seu caráter de denúncia e o “brutalismo”, inaugurado por Rubem Fonseca, que colocou o tema da banalidade do mal no centro de sua obra. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo avanço do tráfico nas favelas e pela banalização da violência na vida cotidiana que se traduziram em um recrudescimento da violência na literatura. De um lado assistimos a fria crueldade da ficção de Patricia Melo e, de outro, o romance de Paulo Lins, *Cidade de Deus*, com um forte caráter autobiográfico e testemunhal que teve o grande mérito colocar a violência como “potência poética”, segundo Schøllhammer. A partir daí, a violência da realidade adentra a ficção de maneira definitiva, criando uma verdadeira zona de indiscernibilidade entre realidade e ficção. Entretanto, pode-se dizer que o que ocorre de mais interessante nessa época é o deslocamento do sujeito da enunciação. A partir de *Cidade de Deus*, o sujeito da enunciação deixa de pertencer exclusivamente à elite distante mas observadora atenta e sagaz da realidade e passa a ser um integrante dos territórios retratados, um sujeito que fala do seu dia a dia, a partir de suas próprias experiências, assumindo o protagonismo na cena literária. Essa nova condição é assim relatada por Ferréz: “Não somos mais o retrato, pelo contrário, mudamos o foco e tiramos nós mesmos a nossa foto.” (FERRÉZ apud FARIA et al, 2015, p. 20). Delineia-se então um movimento que reivindica o nome de marginal porque é composto, majoritariamente, por autores que moram nas periferias dos grandes centros urbanos. O ineditismo fica por conta não só do protagonismo da periferia mas principalmente do formato colaborativo dos trabalhos que passam a traduzir um esforço coletivo e importante diálogo entre intelectuais, artistas, ativistas comunitários e moradores das comunidades, lançando um novo olhar sobre essa realidade, um olhar de partilha, de “partilha do sensível”.

Jacques Rancière é fundamental para entender esse movimento na literatura brasileira no início do século XXI. O filósofo francês desenvolve uma teoria em torno da “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2009), conceito que descreve a formação da

⁵ Artigo publicado em 2007 pela revista da UNB – Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea e depois retomado em seu livro *Cena do Crime* de 2013 (Capítulo 2), atualizado e revisto.

comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais. Vê com novos olhos os fundamentos críticos das possíveis relações entre política e estética. Para ele, a política é essencialmente estética, ou seja, está fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística. Por isso, um regime político só pode ser democrático se incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade.

... podemos com Jacques Rancière entender o político como a demanda de voz ou de visibilidade de quem não tem, a exigência de um lugar de quem não tem lugar no sistema, a subjetivação de quem não participa no jogo político e seu aparecer em função dessa demanda (SCHØLLHAMMER, 2009, p. 173).

É pensando, portanto, a partir dessa “partilha do sensível” que se pode entender a força da literatura do final do Século XX e início do Século XXI que tem a periferia como foco. Nesse contexto surgiram importantes obras produzidas por autores da periferia como o já citado *Cidade de Deus* (Paulo Lins), *Capão Pecado* (Ferréz), *Vão* (Allan da Rosa); livros escritos a quatro, seis ou centenas de mãos como *Cabeça de Porco* (Celso Athayde, MV Bill e Luiz Eduardo Soares), *Estação Carandiru* (Dráuzio Varella), a revista *Caros Amigos/Literatura Marginal* de Ferréz; por último cabe citar aquela literatura que continua sendo escrita por escritores observadores, que escrevem sobre a periferia a partir do centro mas nem por isso tem menos força como Sebastião Uchoa Leite, Zuenir Ventura e João Gilberto Noll.

No entanto, muito pouco ou quase nada foi escrito sobre a população que não mora nas periferias, que tem toda a cidade como endereço. Esses sujeitos que a sociedade quer esconder, tirar de circulação, tornar invisíveis. Sem considerar os trabalhos acadêmicos das áreas de sociologia e antropologia, encontrei até agora apenas dois livros exclusivamente sobre meninos e meninas de rua: *Vozes do meio fio*, de 1995 e *Esmeralda, por que não dancei*, lançado em 2000. O primeiro é uma etnografia do mundo da rua, resultado da experiência dos antropólogos Helio Silva e Claudia Milito no Projeto “Se essa rua fosse minha”. O segundo é o relato em primeira pessoa, de cunho testemunhal e confessional, da menina de rua Esmeralda Ortiz, elaborado com o apoio do jornalista Gilberto Dimenstein. Portanto, aparentemente, há mais de 16 anos não se publica um livro sobre esse universo. O fenômeno da multiplicação de vozes da periferia é inegável, no entanto, no polo oposto, as vozes marginais de quem mora nas ruas foram silenciadas. Recorrendo mais uma vez a Rancière, parece pertinente dar voz a esses meninos e meninas: “o político não é a relação entre partes interessadas dentro do que chamamos um sistema político, mas o ato inaugural de exigir lugar dentro do

sistema de quem possui direito, reconhecimento e legitimidade nesse lugar. (RANCIÈRE apud SCHØLLHAMMER, 2009, p. 173).

Possíveis sujeitos da enunciação

Não é inédito o deslocamento do lugar de marginal representado para aquele da autorepresentação, no caso de uma menina de rua. A história de Esmeralda do livro já citado, *Esmeralda, porque não dancei*, é assustadoramente semelhante a de Joana. Abandono, abrigos, drogas, roubos e furtos, prisão e estupros, nada mudou nesse últimos 16 anos e não há qualquer diferença pelo fato de Esmeralda ser uma moradora da cidade de São Paulo e Joana, do Rio de Janeiro. Também é muito provável que, ao assumir a pena, a prosa de Joana seja muito parecida com a de Esmeralda. Se, por um lado, há uma grande força na tensão que se estabelece entre a violência do narrado e a simplicidade da narrativa, a potência estética do texto não é tão definitiva assim, o mesmo que acontece com a obra precursora *Quarto de Despejo, diário de uma favelada* de Carolina Maria de Jesus da década de 1960,

No que diz respeito à violência e à barbárie, os depoimentos dos meninos de rua em nada diferem dos relatos auto-ficcionais contidos em *Cidade de Deus* de Paulo Lins ou *Capão Pecado* de Ferréz, a mesma violência que foi amplamente retratada no cinema brasileiro dos final dos anos 90 e início de 2000 em filmes como *Tropa de Elite* e o homônimo *Cidade de Deus*. Joana conta que sua mãe foi assassinada pelo padrasto e que, 3 anos depois, sua irmã Graziela, matou o assassino da mãe, cortou sua cabeça e seus membros, enrolou os pedaços em um papel laminado e enviou tudo para a mãe do morto. Conta tudo isso com uma simplicidade de tirar o chão, assim como acontece nas narrativas de Ferréz e Paulo Lins.

No entanto, cabe destacar os pontos em que a realidade de Joana e dos meninos de rua se afastam da chamada “Literatura Marginal” e que poderiam ensejar novos olhares sobre a margem e, acima de tudo, um olhar profundamente crítico sobre o centro. Duas questões fundamentais distanciam essa narrativas: (1) as noções de territorialidade e identidade e (2) o lugar do feminino e a violência sexual, seja com os estupros ou a prostituição. Sobre a primeira questão, os autores do Prefácio de *Modos da Margem* afirmam:

De essencial importância ainda, para o desenho do novo campo destas enunciações intrinsecamente ligadas aos territórios em que os sujeitos destas falas vivem e sobrevivem, é a importância que a noção de território e territorialidade surgida na geografia política, passa a ter. *Cidade de Deus*, *Capão Redondo*, *Rocinha*,

Nova Holanda, os topônimos dos morros, periferias, favelas, inscrevem estes textos e seus narradores no territórios de suas falas, que falam estes territórios ou são falados por eles, antes de mais nada, e a partir dos quais elas fazem sentido (FARIA et al, 2015, p. 23).

Para os moradores de rua, não há um endereço fixo ou um número de telefone, na maioria das vezes, nem mesmo um documento de identificação. Se os autores da chamada “Literatura Marginal” falam a partir de um território delimitado que lhes concede uma identidade, a população de rua, objeto do presente trabalho, fala a partir de uma territorialidade difusa, ilimitada geograficamente. Seu endereço: Rio de Janeiro, sem nome de rua ou número de casa, afinal habitam todas as ruas da cidade. Como referência de “territorialidade” apenas o Facebook e o endereço virtual.

No que diz respeito ao lugar do feminino, observa-se que há poucas vozes femininas de destaque na chamada “Literatura Marginal”. Joana e todas meninas com as quais conversei até agora forma estupradas mais de uma vez. Quase todas se prostituem. Vozes convenientemente silenciadas.

Os temas do feminino, território, identidade, violência e catástrofe levam, inevitavelmente, à escritora russa Svetlana Aleksievitch, ganhadora do Premio Nobel de Literatura de 2015. A força de seu trabalho reside justamente na sua narrativa sobre barbáries vividas pelo povo russo e escritas a partir de centenas e milhares de depoimentos colhidos junto às suas vítimas. Seus livros narram os horrores do Século XX através do registro dos relatos de testemunhas e não a partir de uma ficção. Em seu livro *A guerra não tem rosto de mulher*, Aleksievitch reescreve a história da segunda guerra mundial dando voz às mulheres que combateram no front. De acordo com a resenha publicada no The New York Review of Books:

Her method is the close interrogation of the past through the collection of individual voices; patient in overcoming cliché, attentive to the unexpected, and restrained in the exposition, her writing reaches those far beyond her own experiences and preoccupations, far beyond her generation, and far beyond the lands of the former Soviet Union. (SNYDER, 2015).

Retomando o conceito de partilha do sensível e pensando nos encontros inesperados e as experiências comunitárias de escrita dos últimos anos, o “método” de Svetlana Aleksievitch poderia ser um caminho para narrar as histórias desses meninos e meninas de rua e suas pequenas catástrofes cotidianas. Narrar a partir das experiências compartilhadas entre quem é de fora e quem é de dentro, fazendo um esforço de desfazimento das fronteiras entre centro e margem. Uma escuta atenta pode resultar em

uma narrativa contundente para mostrar o “distúrbio da vida” através do “distúrbio da letra”, buscando um trabalho que desestabilize a noção edificada da sociedade, sob o olhar atento e vigilante dessa periferia, central para entender o centro.

Referências:

AGAMBEN, G. **O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALEKSIÉVITCH, A. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CANDIDO, A. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 2004.

FARIA, A., PENNA, J., PATROCÍNIO, P. (orgs.) **Modos da Margem**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2015.

HALL, S., WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, T. (org). Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MILITO, C., Silva, H. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

ORTIZ, E. **Esmeralda, por que não dancei**. São Paulo: Editora SENAC SP, 2000.

PELBART, P. P. “Da dessubjetivização nomádica à subjetivação herética”. In: **Reinvenções de Foucault** (orgs.) ROCHA, M. & GUIMARAENS, F. Rio de Janeiro: Editora Cambraia, no prelo.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROCHA, J. “A dialética da marginalidade. In: **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! São Paulo, 29 de fevereiro de 2004, pp. 3-8.

SCHØLLHAMMER, K. **Cena do crime: violência e realismo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

_____. “O realismo político ou a política do realismo”. In: **Literatura e Crítica**. OLINTO, H., SCHØLLHAMMER, K. (orgs). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

_____. “Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo”. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Universidade de Brasília, nº 29, jan-jun 2007.

SNYDER, T. “Svetlana Alexievich: The Truth in Many Voices”. In: **The New York review of books**, 12 de outubro de 2015. <http://www.nybooks.com/daily/2015/10/12/svetlana-alexievich-truth-many-voices/>

SÜSSEKIND, F. “Desterritorialização e forma literária. Literatura brasileira contemporânea e experiência urbana”. In: **Literatura e sociedade**. Universidade de São Paulo, FFLCH, DTLLC, nº 8, 2005, pp. 60-85.